



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**BOLETIM INFORMATIVO DA**

# COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE





## EDIÇÃO Nº 07 – JANEIRO A JUNHO/2023

A **Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da Instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

**Composição:**

**Conselheiro presidente:** Rinaldo Reis Lima

**Membro auxiliar:** Tarcila Santos Britto Gomes (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)

**Servidoras:**

Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti  
Letícia Porchera Batista Cassaro

**Apoio administrativo:** Daniela Chrysthiane de Oliveira Gomes

**Estagiário:** Arthur Carrusca Lima Britto



## Parcerias



**COOPERAÇÃO TÉCNICA.** O objetivo é criar uma estrutura de cooperação não exclusiva entre as partes, para facilitar e fortalecer a colaboração mútua em ações e projetos comuns com vistas a contribuir para o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a disseminação dos dez Princípios do Pacto Global da ONU no Brasil.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão do Meio Ambiente (CMA), e a Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram, no dia 14 de fevereiro, durante a 1ª Sessão Ordinária de 2023, **ACORDO DE**



### Rede Brasil



Como um dos desdobramentos da Cooperação com o Pacto Global da ONU, na mesma oportunidade foi formalizado **Termo de Adesão com a FUTURE CARBON**, o qual contempla o compromisso da elaboração do inventário de emissões do CNMP, de modo a quantificar as fontes de emissão de gases de efeito estufa, tudo para permitir ao

órgão conhecer e avaliar como as suas atividades institucionais impactam o meio ambiente e identificar estratégias que contribuam no combate às mudanças climáticas.



### Próximas Parcerias:



Na tarde do dia 19 de junho, na sede do CNMP, em Brasília, a promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes, membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, **reuniu-se com representantes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)** para iniciar o desenvolvimento de um acordo de cooperação técnica com o objetivo de qualificar os

integrantes do Ministério Público na investigação de crimes ambientais internacionais, principalmente os membros que atuam na defesa do bioma amazônico brasileiro.

### Grupos de trabalho/estudos

#### GRUPO DE TRABALHO SOBRE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Em solenidade de instalação presidida pelo conselheiro presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rinaldo Reis, no dia 15 de março de 2023, foi realizada a **primeira reunião** do Grupo de Trabalho (GT) inicialmente denominado “Proteção de Encostas e Revitalização de Bacias Hidrográficas em Áreas Urbanas”. A cerimônia foi transmitida ao vivo pelo canal oficial da Instituição no **YouTube**. O Grupo

de Trabalho, instituído por meio da **Portaria CNMP-PRESI nº 98/2023**, é fruto da parceria entre a Comissão do Meio Ambiente (CMA) e a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) e composto por membros do Ministério Público, advogados e professores. A iniciativa tem o escopo de fortalecer a atuação do MP na proteção de



encostas e revitalização de bacias hidrográficas em áreas urbanas, visando enfrentar os desafios apresentados pelos desastres socioambientais no Brasil.



definidos os produtos que serão desenvolvidos pelo GT.

Na **segunda reunião**, ocorrida no dia 14 de abril de 2023, o promotor de Justiça do MP de Minas Gerais Leonardo Castro Maia foi eleito como coordenador-geral do GT, e as promotoras de Justiça do Rio Grande do Sul Annelise Steigleider e Ximena Cardozo como vice-coordenadoras. Além disso, foi eleita, como secretária, a procuradora de Justiça do Rio de Janeiro Denise Tarin. Foram também

No **terceiro encontro**, realizado em 02 de junho de 2023, os integrantes aprovaram a alteração da denominação do GT para “Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas”.



conteúdo que permite a visualização de informações georreferenciadas, o *download* e o compartilhamento de dados provenientes de diversos órgãos públicos e colaborativos acerca de cinco temas: meio ambiente, urbanismo, serviços públicos, segurança pública e educação. Foram iniciadas tratativas junto ao MPRJ, para formalização de um Acordo de

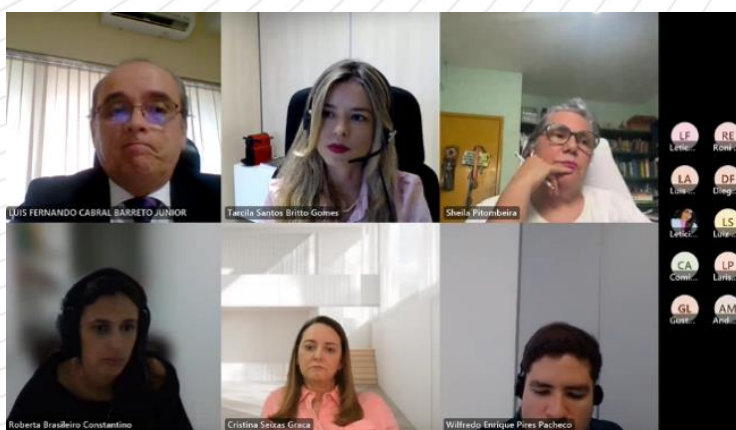
Como atividade prévia à reunião, foi realizada exposição sobre a plataforma HUB “Gestão do Território”, desenvolvida e administrada pela Gerência de Análises, Diagnósticos e Geoprocessamento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). A ferramenta tem foco para o *Business Intelligence* (BI) sobre áreas de risco e reúne



Cooperação Técnica com o CNMP, por intermédio da CMA, tendo como objeto a referida plataforma.

### GRUPO DE ESTUDOS SOBRE O PAINEL INTERATIVO NACIONAL DE DADOS AMBIENTAL E INTERINSTITUCIONAL (SIRENEJUD)

No dia 17 de maio de 2023, foi realizada a reunião de encerramento das atividades do GE SIRENEJUD. O Grupo de Estudos foi instituído com o objetivo apresentar sugestões de aprimoramento para a Portaria Conjunta CNJ/CNMP Nº 5 de 03 de setembro de 2021, bem como, desenvolver orientações para os Ministérios Públicos se adequarem às determinações consignadas no normativo de forma mais eficiente.



Dentre os alinhamentos para a conclusão dos trabalhos, destacam-se a realização de um *workshop/capacitação*, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, e a elaboração de uma proposta de recomendação sobre o uso de geotecnologias pelo Ministério Público.



## Proposições



Em 13 de junho, durante a 9ª Sessão Ordinária de 2023 do CNMP, o conselheiro Rinaldo Reis apresentou **Proposta de Recomendação** objetivando a utilização de dados de sensoriamento remoto e de sistemas e plataformas de informações obtidas por satélite em conjunto com os demais elementos do contexto probatório, sempre que possível, para a investigação e instrução

probatória dos procedimentos extrajudiciais do Ministério Público, para a defesa mais moderna e eficiente do meio ambiente. **A Proposição** foi autuada sob o nº 1.00486/2023-16 e distribuída para relatoria ao conselheiro Rogério Varela.

## Capacitações, oficinas e cursos



O **PROGRAMA DIÁLOGOS AMBIENTAIS** entra em sua 3ª temporada, oferecendo aos membros e servidores do Ministério Público e ao público em geral exposições mensais com temas atuais e relevantes na temática ambiental, por meio do compartilhamento de experiências exitosas do Ministério Público, de outros órgãos públicos e dos segmentos da sociedade civil. As

palestras são realizadas mensalmente e transmitidas em tempo real pelo Canal do CNMP no *Youtube*.



Na primeira edição de 2023, realizada em 29 de março, foi apresentada a palestra “O meio ambiente do trabalho como parte do meio ambiente em geral”, pela subprocuradora-geral do Trabalho Ileana Neiva. Foi também abordado o tema “Tutela e Delitos contra o Patrimônio Cultural”, pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul Michael



Schneider Flach. Como mediadora, Tarcila Santos Britto Gomes, membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente.

Disponível para visualização no canal do CNMP no Youtube.







Na edição de 25 de maio, a Comissão de Meio Ambiente recebeu a promotora de Justiça Gilka Dias da Mata, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, que tratou do tema **“A importância de se investigar a metodologia de reposição florestal adotada nos Estados da Federação, para garantir a preservação de florestas e demais formas de**

**vegetação nativa”**. Na sequência, o promotor de Justiça Alexandre de Oliveira Alcantara, do Ministério Público do Estado do Ceará, trouxe **“O licenciamento ambiental de parques eólicos em zona costeira: relato de atuação da 2ª Promotoria de Justiça de Aracati, Estado do Ceará (2010)”**. Finalizando, a procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Inês da Matta Andreiuolo abordou as **“Operações urbanas consorciadas: Impactos urbanísticos, litigância estratégica nos tribunais superiores”**. Como mediador, Roberto Carlos Batista, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Membro Colaborador da CMA.



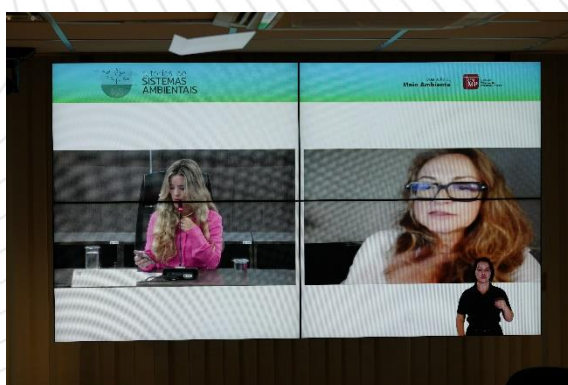
Disponível para visualização no canal do CNMP no Youtube.



Iniciado em abril de 2023, o PROJETO TUTORIAS EM SISTEMAS AMBIENTAIS é a mais nova iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, concebida com a finalidade de oferecer capacitações sobre as principais plataformas de informações georreferenciadas, com



exposições das equipes técnicas que administram os sistemas. O objetivo é proporcionar o compartilhamento de conhecimentos técnicos e práticos relacionados ao acesso aos sistemas de monitoramento remoto e de levantamento de dados informatizados, nas plataformas das instituições de fiscalização e gestão ambiental, nas esferas pública e privada. As exposições são transmitidas em tempo real pelo **Canal do CNMP no Youtube**.



Na primeira edição do projeto “Tutorias de sistemas ambientais”, realizada no dia 27 de abril, a capacitação abordou a plataforma **MapBiomas Alerta**, sistema de validação e refinamento de alertas de desmatamento de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros. Tarcila Santos Britto Gomes, membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente, apresentou o encontro, que contou

com as exposições da coordenadora da articulação institucional do MapBiomas, **Magaly Oliveira**; da coordenadora científica do MapBiomas, **Julia Shimbo**; e da consultora e representante da equipe de articulação institucional do MapBiomas no Brasil, **Carolina Del Lama**.

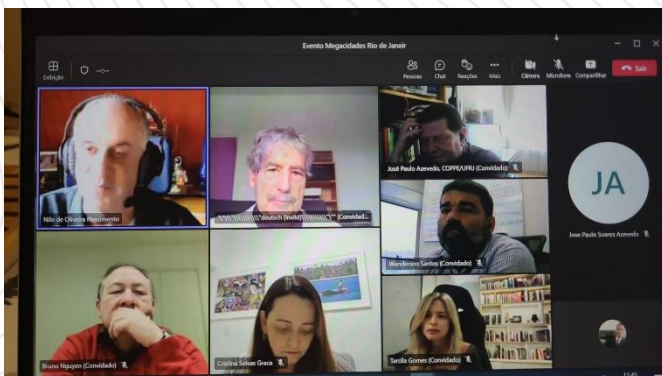


Disponível para visualização no canal do CNMP no **Youtube**.





## Eventos e reuniões relacionados à temática do meio ambiente



Na manhã do dia 19 de janeiro, a Promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes, membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente, participou de reunião com representantes da UNESCO, sobre a Aliança das Megacidades para a Água e Clima. A iniciativa foi um primeiro passo para formalização futura de parceria entre a CMA/CNMP e o Organismo Internacional, tendo como objeto a realização de evento de capacitação sobre a temática, destinado a membros e servidores de todos os ramos e unidades do Ministério Público.



A convite da Secretaria-Executiva Adjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República, no dia 23 de janeiro, a Promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente, Tarcila Santos Britto Gomes, e o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), Luciano Furtado Loubet, estiveram no Palácio do Planalto, com o objetivo primordial de oferecer a colaboração dessa Comissão e da ABRAMPA com o Grupo de Trabalho Técnico instituído pelo Poder Executivo Federal, por meio da PORTARIA N.º 2 DE 5 DE JANEIRO DE 2023, com a finalidade de construir proposta de ato normativo que disporá sobre a recriação do “Programa Pró-Catador” e a realização de estudos de revisão do “Programa Recicla +”.



O conselheiro presidente da Comissão do Meio Ambiente, Rinaldo Reis Lima, participou virtualmente do encontro. Na ocasião, Luciano Loubet apresentou as contribuições da CMA e ABRAMPA sobre a Logística Reversa das Embalagens em Geral.



A Comissão do Meio Ambiente esteve presente, no dia 13 de fevereiro, na solenidade de assinatura dos atos de recriação do “Programa Pró-Catador” e de revogação do “Decreto Recicla+”. O evento, sediado no salão nobre no Palácio do Planalto, e que contou com a presença do chefe do Poder Executivo e de outras autoridades, foi prestigiado pela promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes,

a convite do Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.



Representantes da equipe do MapBiomass e do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) reuniram-se com a promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes, na tarde do dia 14 de fevereiro, para tratar dos novos rumos da parceria entre o CNMP, ABRAMPA e o Instituto Arapyaú, no âmbito do “Acordo de Cooperação Técnica ACT Nº 11/09/2020/CNMP”, que tem como objeto a produção e

disponibilização, ao CNMP e aos Ministérios Públicos brasileiros aderentes, de dados e informações sobre a cobertura vegetal e o uso da terra no Brasil, o intercâmbio de conhecimento e experiências, ferramentas e metodologias de interesse estratégico para



promover a proteção, conservação, recuperação e o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros, no âmbito do “Projeto MapBiomas”.

Como resultado do encontro foi estabelecida uma agenda de trabalho para o ano de 2023, em especial, com perspectivas para o planejamento e a realização de novo ciclo de capacitações técnicas, já em abril, e a construção conjunta entre CNMP, MapBiomas e IDS, de um documento destinado a estabelecer os contornos do apoio pericial aos grupos de atualização especializada e regionalizada constituídos nas unidades ministeriais.



Em 29 de março, o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público, conselheiro Rinaldo Reis, **recebeu a diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Verônica Sanchez**, e demais representantes, para tratar de temas relacionados ao “Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2022”, celebrado entre as

duas instituições, principalmente acerca do cumprimento das normas regulatórias e de referência relacionadas ao saneamento básico.





O Presidente da Comissão de Meio Ambiente e a promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes participaram nos dias 4 e 5 de abril do “Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural”, na cidade de Ouro Preto/MG, que teve o Conselho Nacional do Ministério Público como entidade apoiadora. No dia 04 de

abril, foi lançado pelo conselheiro Rinaldo Reis o **Edital nº 2/2023/CMA/CNMP**, que estabelece as diretrizes para a **submissão de artigos que comporão a publicação “Patrimônio Histórico e Cultural – salvaguarda e atuação do Ministério Público”**, destinada a fomentar o debate no campo de atuação do MP relacionado à defesa e proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. A obra será coordenada pela CMA/CNMP. Os artigos poderão ser submetidos até o dia 15 de julho.

CHAMADA DE ARTIGOS

**PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E CULTURAL**

*Salvaguarda e Atuação do  
Ministério Público*

saiba mais

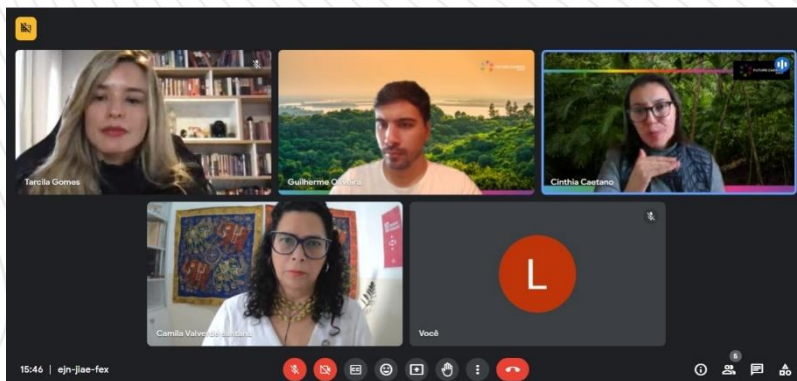


# BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

No dia 10 de abril a Comissão de Meio Ambiente, representada pela promotora de Tarcila Santos Britto Gomes, reuniu-se com especialistas do grupo *Future Carbon*, para tratar



sobre a execução do inventário de emissões de carbono a ser realizado no CNMP. A iniciativa é fruto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho, por meio da CMA, e a Rede Brasil do Pacto Global, firmado em 14 de fevereiro de 2023. Durante a reunião, foi realizada a apresentação dos objetivos, escopos, atores, alcance e das expectativas do inventário, além de orientações sobre as próximas etapas.



Amazônia e desenvolver a chamada consciência ambiental.

Representantes da Associação Internacional de Polícia (IPA Brasil) e do *Amazon Banking Trust* reuniram-se com a Comissão de Meio Ambiente no dia 28 de abril. Na ocasião foi apresentado à promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes o projeto socioambiental “Amazônia Verde”, desenvolvido com o propósito de proteger a



Conselho Nacional do Ministério Público  
SAFS, Quadra 2, Lote 3. Edifício Adail Belmonte  
Brasília-DF - CEP: 70070-600



(61) 3366-9263  
(61) 3366-9825



meioambiente@cnmp.mp.br



A convite do Ministério Público do Estado da Paraíba, o conselheiro Rinaldo Reis e a promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes participaram do Simpósio “Direito Ambiental e Desafios Contemporâneos”, realizado na cidade de João Pessoa, nos dias 15 e 16 de junho.



A CMA, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2022, firmado entre o CNMP e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), disponibilizou dez vagas para a o curso “Direito de Águas à Luz da Governança”, promovido pela Agência Reguladora, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério

das Relações Exteriores.

Realizado entre os dias 20 e 23 de junho, na sede da instituição, **a capacitação teve, entre os participantes, 12 (doze) representantes do Ministério Público brasileiro, 9 (nove) por indicação da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público.** A promotora de Justiça Tarcila Gomes, membro auxiliar da CMA, foi uma das participantes.







Com a finalidade de capacitar na aplicação das normas da Política Nacional de Recursos Hídrico, a programação do curso contemplou atividades teóricas e práticas, como uma visita técnica à Estação de Tratamento de Água do Lago Norte.



A convite da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e do Ministério Público do Estado do Ceará, a promotora de Justiça Tarcila Gomes participou, na qualidade de palestrante, da 7ª

Conferência Regional da *International Association of Prosecutors* (IAP) na América Latina, realizada em Fortaleza/CE, entre os dias 28 e 30 de junho.





A representante da CMA ministrou palestra no âmbito da 2ª Sessão Plenária - "O papel do Ministério Público na proteção do Meio Ambiente"-, no dia 28 de junho, com o tema "A defesa das bacias hidrográficas pelo ministério público: apoio e ações do CNMP".

## Estratégias de Atuação Interinstitucional

### Estratégia pela Gestão de Resíduos



No dia 13 de fevereiro, foi realizada a primeira reunião virtual do "Grupo de Estudos Gestão de Resíduos: Estratégias de Atuação Interinstitucional" de 2023, com o objetivo de discutir as novas frentes de trabalho. O GE Resíduos é presidido pelo conselheiro Rinaldo Reis



Lima, com a assessoria da promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes.

Na ocasião, os membros colaboradores da Comissão do Meio Ambiente, designados pela Portaria CNMP-PRESI nº 292, de 19 de setembro de 2022, deliberaram, dentre outros assuntos, sobre as estratégias de atuação do GE no estímulo às adesões ao PROTOCOLO DE INTENÇÕES CNMP/MPPE DE 20/10/2022, e na implementação das orientações contidas na publicação “Gestão de Resíduos: Estratégias de Atuação Interinstitucional”, como a criação do grupo interinstitucional em cada unidade ministerial.



A Comissão de Meio Ambiente (CMA), em parceria com a Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (COPEMA/GNDH) e a Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental (REDEMPA) promoveu, como atividade paralela ao XXI Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente, **oficina prática presencial com o tema “Proteção dos Recursos Hídricos e Saneamento”**.



O encontro foi sediado em Bonito/MS, no dia 18 de abril. Na oportunidade, os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente dos MPs debateram, em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), estratégias de atuação nacional, em especial, para o



cumprimento do PROTOCOLO DE INTENÇÕES CNMP/MPPE DE 20/10/2022 e o compromisso de implementar estratégias e mecanismos específicos para o fortalecimento da atuação do MP na temática de resíduos sólidos. A abertura oficial do evento contou com a presença do presidente da CMA, conselheiro Rinaldo Reis.



Antes, no dia 24 de março, foi realizada **reunião preparatória para a oficina**, em formato híbrido, com os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional ao Meio Ambiente dos Ministérios Públicos brasileiros, para definição das ações estratégicas a serem adotadas pelos MPs para alcançarem maior resolutividade na temática de resíduos sólidos.

#### Resultados alcançados:

Todos os Ministérios estaduais, além do Ministério Público do Trabalho e o do Distrito Federal e Territórios, que integram o Ministério Público da União, **aderiram ao protocolo de intenções**.

#### Estratégia pela Especialização e Regionalização Ambiental

A Comissão do Meio Ambiente realizou, no primeiro semestre de 2022, levantamento sobre a capacidade de reação do Ministério Público brasileiro aos danos ambientais.

Alguns Ministérios Públicos já adotaram modelos de atuação regional ambiental. Com base nas autonomias administrativa e financeira e na realidade institucional e local, cada Ministério Público escolheu as suas estratégias de regionalização, em algumas unidades



por meio de coordenações regionais; em outras, com a criação e instalação de promotorias de Justiça regionalizadas ou, ainda, a criação de grupos de atuação integrada.

Não obstante, vislumbrou-se a necessidade de estimular o desenvolvimento de uma atividade mais resolutiva, profissional e especializada na defesa dos interesses de grande repercussão social e permitir que o promotor de Justiça da comarca desenvolva um trabalho mais célere e eficiente nas demandas exclusivamente locais.

O projeto pela estratégia de especialização e regionalização ambiental, desenvolvido pelo CNMP, por meio da CMA, vem sendo concretizado com a formalização de um pacto colaborativo em defesa do meio ambiente. A iniciativa contemplou, em 2022, os Ministérios Públicos da Região Nordeste, conquistando 100% de adesão.

Em 2023, o trabalho foi realizado na Amazônia Legal e com os MPs que integram o centro-oeste brasileiro.



### ENCONTRO DOS MPs DA AMAZÔNIA LEGAL

A Comissão de Meio Ambiente, em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente e com o Ministério Público do Estado do Pará, realizou, nos dias 21 e 22 de março, o “Encontro dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal: Atuação Estratégica do Ministério Público em Defesa da Amazônia” e o “Fórum

Permanente dos Ministérios Públicos Ambientais da Amazônia Legal”, esse segundo voltado aos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional.

Na ocasião, foi apresentada aos procuradores-gerais dos MPs Amazônicos proposta de estratégia de atuação, elaborada pela CMA, com o apoio dos Centros de Apoio Operacional ao Meio Ambiente dos MPs brasileiros, da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (COPEMA/GNDH) e da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Ambiente, com foco no



desenvolvimento de um trabalho resolutivo do Ministério Público ambiental na Amazônia.



Também foi apresentado o seminário “Atuação Estratégica do Ministério Público em defesa da Amazônia” e instituído o “Fórum Permanente dos Ministérios Públicos ambientais da Amazônia Legal”.



#### **FÓRUM PERMANENTE DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA LEGAL**

Como um dos compromissos assumidos pelos MPs que compõem a Amazônia Legal, no âmbito do Acordo de Resultados, foi constituído o “FÓRUM PERMANENTE DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA LEGAL”, que terá como finalidade discutir e

desenvolver, entre os MPs amazônicos, formas integradas de defesa da Floresta e debater estratégias institucionais de atuação ambiental regionalizada intra e interestaduais.





O Colegiado, formado por membros dos MPs que integram a Amazônia Legal, foi instalado no dia 29 de junho, em Porto Velho - RO, ocasião em que foi realizada a primeira reunião de trabalho. A cerimônia de instalação antecedeu o Seminário conjunto sobre "Unidades de Conservação - Preservação e Usos Sustentáveis", evento organizado pelo Ministério

Público do Estado de Rondônia (MPRO), pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente.

### ENCONTRO DOS MPs DA REGIÃO CENTRO-OESTE



Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, a Comissão do Meio Ambiente realizou, em parceria com a Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (COPEMA/GNDH); a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Ambiente (ABRAMPA); e o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), o “Encontro dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos da Região Centro-Oeste: Atuação Estratégica do Ministério Público pela Especialização e Regionalização”.





O encontro tratou da proteção do bioma Cerrado, com apresentações de especialistas sobre o uso da terra e as tendências de desmatamento, os desafios enfrentados na proteção dos recursos hídricos e o uso da plataforma “MapBiomas Alerta” no monitoramento de desmatamento e de queimadas que atingem o bioma.

Na oportunidade, foi assinado, entre o CNMP e os Ministérios Públicos da Região Centro-Oeste, o “Acordo de Resultados pela Especialização e Regionalização Ambiental”, desenvolvido pela CMA.

#### **Resultados alcançados:**

Adesão integral dos Ministérios Públicos da Região Nordeste à “Estratégia Nacional pela Especialização e Regionalização ambiental”. O Encontro da Região Nordeste foi realizado em 4 de novembro de 2022.

